

Stábile prefere medida para todos os índices

Os ministros da Agricultura e do Trabalho, Amaury Stábile e Murilo Macedo, presentes à solenidade de encerramento do 8º Congresso de Industriais Latino-Americanos da Alimentação, no Palácio de Convenções do Anhembi, disseram desconhecer se a desindexação constará do próximo "pacote" de medidas, aguardado para o início da próxima semana. Stábile prefere um expurgo eqüitativo em todos os índices econômicos e não apenas no INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor — à desindexação total da economia. Essa medida, segundo o ministro da Agricultura, deve ser precedida de um amplo debate e de um estudo sobre todos os seus efeitos.

Apesar de defender um expurgo eqüitativo de todos os índices econômicos (INPC e correções monetária e cambial), todavia, Stábile acha que os preços dos alimentos não perecíveis devem ser excluídos desse expurgo, pois, caso contrário, seus efeitos sobre os produtores poderão ser desastrosos. Em sua opinião, apenas os alimentos perecíveis, como, por exemplo, os hortifrutigranjeiros, deverão ter os reajustes de seus preços, em decorrência da diminuição dos juros ao crédito agrícola e da retirada dos subsídios aos derivados de petróleo, expurgados.

Stábile admitiu também que o expurgo dos índices econômicos poderá ser a primeira etapa de um eventual processo de desindexação

total da economia dentro da estratégia gradualista, que vem sendo mantida pelo governo.

Por sua vez, o ministro do Trabalho disse que a desindexação, se vier a constar do próximo "pacote", não poderá de forma nenhuma começar ou restringir-se aos salários, pois "isso seria uma injustiça flagrante". Por esse motivo, se for consultado sobre a desindexação, Macedo vai defender a tese de que ela deve atingir a economia como um todo e não apenas os salários e os preços dos produtos de consumo popular.

Já o presidente da Associação Brasileira da Indústria da Alimentação (Abia), João Franco de Camargo Neto, manifestou sua esperança de que a desindexação se concentre apenas na área financeira, poupando, assim, os salários. Aliás, ele vai mais longe e defende abertamente a política salarial vigente até janeiro último, modificada, posteriormente, pelos decretos 2.012 (já sem efeito) e 2.024 (vem vigor após o acordo político entre o PDS e o PTB), que chama de "lei Robin Hood".

Camargo Neto reconhece, no entanto, que isso é apenas uma esperança e admite que, se a desindexação for inevitável, pelo menos, que ela atinja o menos possível a área social (salários, alimentos, casa própria, aluguel e serviços públicos administrados como água, luz, telefone e transporte coletivo).